

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.445 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 2002



Cabral (E), ao lado de sindicalistas e representantes de entidades, coordena os debates, que tiveram a participação de vários senadores



Entidades divergem na audiência pública sobre flexibilização da CLT

Simon e Dutra defendem amplo debate da proposta no Congresso. Cabral anuncia que vai fazer considerações em Plenário sobre a constitucionalidade da matéria e Tebet é contra votação em regime de urgência, mas cumpre Regimento

CCJ volta a analisar reforma do Judiciário

PÁGINA 2

Seqüestrador pode ter pena aumentada

Intenção dos parlamentares que compõem Comissão de Segurança é votar proposta na primeira quinzena de março.

PÁGINA 3

Plenário decide hoje sobre novos tribunais regionais

PÁGINA 2



Acordo de líderes permitiu aprovação da medida a tempo de evitar o trancamento da pauta do Senado

Senado aprova MP que amplia poder de fiscalização da CVM

PÁGINA 3

Representantes de trabalhadores, empresários e magistrados dividiram-se na avaliação das conseqüências do projeto que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ao participar de audiência nas Comissões de Justiça e de Assuntos Sociais. Já os senadores José Eduardo Dutra e Pedro Simon apelaram para que o governo retire pedido de urgência na tramitação da matéria, que foi comentado também pelo presidente do Senado, Ramez Tebet. O senador Bernardo Cabral manifestou dúvidas sobre a constitucionalidade da proposta do Executivo.

PÁGINAS 4 E 5

Comissão dá prioridade a estudante negro

PÁGINA 7

Reforma do Judiciário é prioridade

Bernardo Cabral espera que seu parecer seja aprovado o quanto antes pela CCJ para que exame em Plenário possa ser feito até maio. Depois de votada pela Casa, matéria deve retornar à Câmara

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), continua a dar prioridade à votação do parecer às propostas que compõem a reforma do Judiciário. Na reunião de hoje, às 10h, os integrantes da comissão votam os destaques de emendas ao texto apresentado no final de 2001 por Cabral, relator da matéria.

O senador espera que o relatório seja aprovado na CCJ o quanto antes a fim de que a votação da matéria pelo Plenário do Senado possa ocorrer até maio. Somente assim, na opinião de Cabral, a reforma do Judiciário poderá ser enviada à Câ-

mara ainda este ano, tendo em vista as eleições gerais que acontecem em outubro e que devem mobilizar o cenário político nacional.

Comissão de Justiça está examinando destaques de emendas apresentados ao relatório de Bernardo Cabral

A CCJ examina ainda duas mensagens do presidente da República indicando nomes para ocupar vagas em tribunais superiores: com base em relatório do senador Romeu Tuma (PFL-SP), a comissão analisa o nome do tenente-brigadeiro-do-ar Henrique Marini e

Souza para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) relata a escolha do juiz Renato de Lacerda Paiva para o Tribunal Superior do Trabalho.

Senado decide hoje sobre novos tribunais federais

A criação de Tribunais Regionais Federais no Paraná, em Minas Gerais e na Bahia poderá ser votada hoje pelos senadores, conforme proposta de emenda à Constituição do senador Arlindo Porto (PTB-MG). A matéria volta ao Plenário do Senado depois de grande discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e no próprio Plenário.

O texto original da proposta de emenda à Constituição prevê um tribunal regional em Belo Horizonte (hoje, sob jurisdição de Brasília), o qual trataria dos

processos de Minas Gerais e do Espírito Santo. Cria ainda um tribunal em Curitiba (atualmente sob jurisdição de Porto Alegre), que ficaria encarregado das ações do Paraná, de Santa Catarina e de Mato Grosso do Sul.

Os senadores Paulo Souto (PFL-BA) e Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) apresentaram emenda acrescentando uma região da Justiça Federal para os estados da Bahia e Sergipe, com sede em Salvador. O relator, senador Osmar Dias (PDT-PR) aceitou a emenda.

CPI do Roubo de Cargas define seu calendário

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga o roubo de cargas no país reúne-se hoje, às 14h30, para definir o calendário a ser cumprido em 2002.

Em dois anos de funcionamento, a CPI realizou 20 reuniões e ouviu cerca de 100 pessoas, entre testemunhas, vítimas e suspeitos de envolvimento com quadrilhas.

Os parlamentares que compõem a comissão também realizaram audiências públicas em cinco estados e pediram a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal de dezenas de pessoas e empresas. Estimativas dão conta de que o roubo de mercadoria nas estradas brasileiras causa um prejuízo de cerca de R\$ 600 milhões por ano ao país. A comissão é presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Rocha quer instalação da CPI das Pesquisas Eleitorais

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse ontem, depois de encontro com o presidente do Senado, que Ramez Tebet confirmou que agiria de acordo com o Regimento Interno e adotará todas as providências necessárias para a instalação da CPI das Pesquisas Eleitorais.

De acordo com Sebastião Rocha, Tebet tem dúvidas sobre a eficácia da CPI, mas determinará sua instalação em atendimento às exigências regimentais. Para o presidente do Senado, há muitos mecanismos que justificam os desacertos encontrados nas pesquisas eleitorais e as discrepâncias entre as pesquisas e os resultados das urnas, disse. Tebet também não vê muita eficácia nas possibilidades de investigação da CPI, mas avalia

que pode ser uma experiência rica do ponto de vista propositivo, para aprimorar a legislação, informou Rocha.

Ao dirigir apelo aos líderes partidários para que indiquem os integrantes da CPI, Sebastião Rocha disse esperar que "desta vez essa CPI possa ser instalada e possa funcionar, ao contrário do que aconteceu após as eleições de 1998, "quando CPI mista com os mesmos objetivos foi criada, instalada, mas não funcionou por interferência de alguns partidos, que desarticularam a comissão".

Rocha justificou a importância de sua iniciativa, lembrando que pesquisa do Ibope para prefeito de Macapá apontava João Henrique com 42% das intenções de voto e João Bosco Papaleu Paz com 25%. Nas urnas, acrescentou, João



Sebastião Rocha apelou aos líderes para que indiquem integrantes da comissão

Henrique venceu com 0,33% de diferença. No caso de Goiânia, informou o parlamentar, houve erro de 27% em pesquisa divulgada pelo instituto e apresentada no *Jornal Nacional* nas vésperas das eleições, cujo resultado final elegeu o prefeito Pedro Wilson, que estava em terceiro lugar na pesquisa.

— Não há no mundo um instituto de pesquisa com margem de erro dessas proporções. É preciso que esses órgãos aprimorem suas metodologias — afirmou.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h — Ishaya El-Khoury, embaixador do Líbano
10h30 — Francisco Gros, presidente da Petrobras
11h — Marfan Martins Vieira, presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público
11h30 — Deputado Michel Temer e vereadores da Frente Parlamentar de Apoio à Segurança Pública de São Paulo
17h30 — Deputado Antônio Carlos Konder Reis e prefeitos de Santa Catarina

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Votação, em primeiro turno, da PEC que cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Regiões; entre outras matérias.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: 10 itens, incluindo projeto que trata dos planos de benefícios da Previdência Social; que extingue a exigência de depósito recursal nas ações trabalhistas; que dispõe sobre a fixação do salário mínimo, de acordo com a Constituição federal; que estabelece limites máximos para os teores de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono permitidos nos cigarros de tabaco; que proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de diclorodifeniltricloreto (DDT); entre outros.
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Emendas à PEC nº 29/2000, introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário (tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92 de 1999; 1, 5 e 20 de 2000; e 15 de 2001); Mensagem nº 4/02, submete à consideração do Senado Federal o nome do tenente-brigadeiro-do-ar Henrique Marini e Souza, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do tenente-brigadeiro-do-ar João Felipe Sampaio de Lacerda Júnior; Mensagem nº 71/02, submete à consideração do Senado Federal o nome de Renato de Lacerda Paiva, juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de ministro vitalício, em vaga reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista e decorrente da aposentadoria do ministro José Luiz de Vasconcelos; PLS nº 642/99, dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 42; ao inciso I do art. 53; aos arts. 198 e 249; acrescenta o art. 244-A ao Título VII, Capítulo I, Seção II, e incisos aos arts. 56, 98, 148, 180 e 201, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); e altera o art. 225 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal); entre outras matérias.
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

14h30 — CPI do Roubo de Cargas
Pauta: Apresentação do calendário a ser cumprido até o final da comissão. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Estatuto dos Militares pode ser alterado

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP) ao projeto de lei que atualiza o Estatuto dos Militares em relação à recente reestruturação dos quadros das Forças Armadas. A proposta também elimina a indefinição jurídica que permite a redução de até oito anos, para os postos de capitão e tenente, das idades-limite para permanência no serviço ativo. Segundo Tuma, essa indefinição tem ensejado ações judiciais defendendo a promoção e a transferência *ex officio* para a reserva de oficiais auxiliares, numa situação em que não deveriam ser enquadrados.

O senador afirmou ainda que a atualização proposta concorrerá para a redução de despesas da União com o pagamento de pessoal, uma vez que conduz a um aumento médio de quatro a oito anos na permanência dos oficiais de quadros auxiliares no serviço ativo.

A CRE também aprovou vários textos de acordos internacionais celebrados entre o Brasil e o Paraguai, a Costa Rica, o Peru, a Venezuela, a Rússia e a Romênia.

Projeto sobre hidrelétrica terá tramitação normal

Os senadores rejeitaram ontem, por 34 votos contra 19, requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC) que remetia à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura projeto de decreto legislativo que autoriza a construção de uma hidrelétrica na região de Ponte de Pedra (MT), em terras que pertencem a grupos indígenas. Líderes da base governista argumentaram que o objetivo do requerimento era atrasar a votação do projeto.

Marina Silva ponderou que vários órgãos de defesa dos índios e a Procuradoria da República questionam a construção, por sua localização em áreas indígenas. O líder do PFL, senador José Agripino (RN), observou que o projeto já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi aprovado, e retornará normalmente à comissão inicial, a de Assuntos Sociais, seguindo depois para o Plenário.

Pela Constituição, a lavra de minérios em terras indígenas garante aos índios a participação no faturamento do empreendimento. O autor do projeto, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), estende esse conceito ao caso de usinas hidrelétricas. Ele argumenta que a usina foi legitimada por um acordo entre duas associações de comunidades dos índios Paresis e a empresa de exploração de energia de Mato Grosso. Assim, o projeto homologa, a seu ver, o interesse dos índios.

Senado aprova MP e evita o trancamento da pauta

Medida provisória que fortalece a Comissão de Valores Mobiliários foi promulgada ontem mesmo e será publicada hoje, como lei, no "Diário Oficial"

O Plenário do Senado aprovou ontem a medida provisória que fortalece a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), permitindo que ela fiscalize com maior eficiência as empresas de capital aberto, como exige a nova Lei das Sociedades Anônimas. Agora, o presidente da República não poderá mais demitir o presidente ou os diretores da CVM, e a entidade passa a ter autonomia administrativa.

A matéria foi aprovada conforme as novas regras para tramitação de MPs, em que há votações separadas nas Câmaras e no Senado — antes, exigia-se sessão do Congresso Nacional. A medida provisória da CVM foi aprovada pelos deputados na última semana e, caso os senadores não a votassem, a partir de hoje seria trancada a pauta de votações do Plenário — ou seja, os senadores não poderiam decidir qualquer outra matéria enquanto não

se pronunciassem sobre a MP ou transcorressem 120 dias desde sua edição (neste caso, ela perderia a eficácia, se não aprovada).

O presidente do Senado, Ramez Tebet, manifestou satisfação pelo acordo de líderes partidários, inclusive de oposição, que permitiu a votação da MP antes do trancamento da pauta. Houve apenas a manifestação de um voto contrário à medida provisória, feita pelo senador Lauro Campos (PDT-DF). Tebet anunciou a promulgação imediata da MP da CVM, que estará publicada, já sob a forma de lei, no *Diário Oficial* da União de hoje.

A medida provisória transforma a CVM em entidade de regime especial vinculada ao Ministério da Fazenda, mas dotada de autoridade administrativa independente e sem subordinação hierárquica. Seu presidente e os quatro diretores serão nomeados pelo presidente da Re-

pública, depois de aprovados pelo Senado, com mandato de cinco anos, só podendo haver renovação de um membro por ano. Nenhum deles poderá ser demitido e só deixarão o cargo antes de terminar o mandato se renunciarem ou forem condenados judicialmente ou em processo administrativo disciplinar.

Com a mudança, a atuação da CVM, até agora restrita às bolsas de valores, será estendida a todas as operações com valores mobiliários. Antes, a CVM propunha ao Conselho Monetário Nacional a aprovação de normas sobre o mercado financeiro; com a alteração, a própria CVM editará as normas. Ao pedir ao presidente da República que editasse a MP, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou que o objetivo é modernizar o órgão regulador do mercado de capitais, buscando proteger cada vez mais os investidores em ações.



Carlos Wilson diz que é preciso cuidado com as condições de trabalho e de vida dos policiais

Carlos Wilson propõe crédito para moradia de policial

Com a finalidade de propiciar melhores condições de vida a policiais federais, militares e civis, o senador Carlos Wilson (PTB-PE) apresentou projeto concedendo-lhes financiamento especial na compra da casa própria. "É dever da sociedade poupá-los da convivência compulsória com o crime que prospera em favelas e cortiços", justificou.

Para Carlos Wilson, de nada adianta reequipar as polícias com armamentos e veículos mais modernos, se não houver cuidado com as condições de trabalho e de vida dos policiais. Ele também ressaltou a importância de garantir o saneamento das corporações. "Para isso, nem é necessária uma nova lei; o instrumento adequado já existe na forma das corregedorias policiais", disse.

Segundo Carlos Wilson, o motor maior da violência é o *apartheid* social. A Fundação Getúlio Vargas estima em 50 milhões os brasileiros que vivem com menos de R\$ 80 mensais. Desse total, 22,5 milhões têm menos de 15 anos. "Trata-se de um exército de jovens sem esperança, à espera de aliciamento pelo crime", ressaltou. Para combater essa situação, o senador apresentou um segundo projeto de lei, propondo modificação no Código de Processo Penal e prevendo que um marginal, se usar menores de idade para a prática do crime, terá sua pena acrescida de um terço.

Em aparte, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) concordou com a proposta de criar facilidades para a compra da casa própria e propôs a concessão de seguro saúde e de vida para proteger os policiais e suas famílias. O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) destacou a necessidade urgente de se valorizar os policiais no Brasil. Também em aparte, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) afirmou que a impunidade é fator importante para a disseminação do crime. "A punição exemplar representa um elemento importante para dissuadir o criminoso", observou.

Comissão discute mais rigor com seqüestro

O aumento das penas para o crime de seqüestro deve ser decidido pela Comissão Mista de Segurança Pública ainda na primeira quinzena de março. O anúncio foi feito pela deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), relatora do grupo de trabalho encarregado de projetos relacionados ao crime de seqüestro e contra a vida e o patrimônio. O grupo também tratará da tipificação do crime de seqüestro relâmpago. Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP), também coordenador de um dos grupos, decidiu solicitar a colaboração, para o desempenho de suas atividades, de profissionais ligados ao combate ao crime.



Comissão de Segurança deve votar aumento das penas para crime de seqüestro

O grupo sob a coordenação do senador Arlindo Porto (PTB-MG) se reuniu e, de acordo com o relator, deputado Custódio Mattos

(PSDB-MG), já há consenso sobre a necessidade de impor restrições à comercialização e ao porte de armas. Ele disse que a tendência é de que seja proposta a proibição do porte — com as exceções para polícias e Forças Armadas — e o agravamento das penas para o porte ilegal.

Na oportunidade, o presidente da comissão, senador Iris Resende (PMDB-GO), defendeu o banimento de armas no Brasil. Para ele, a medida deve se dar paulatinamente. O senador explicou que primeiro o governo deve acabar com o contrabando, em seguida desarmar os bandidos, e só então retirar as armas utilizadas pelo restante da população.

Iris Resende garantiu que suas discordâncias em relação às propostas que determinam a proibição radical do porte de armas não terão influência na condução dos trabalhos da comissão.

— De qualquer forma, saberei me portar como presidente desta comissão, jamais tentarei influenciar quem quer que seja e saberei corresponder às expectativas dos demais integrantes — afirmou.

Calendário prevê votação de propostas consensuais até 7 de março

A Comissão de Segurança Pública vota até o dia 7 de março as propostas que tiverem consenso durante as discussões nos grupos de trabalho. O relator-geral, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), apresentou ontem o primeiro calendário de trabalho da comissão.

- Até 7 de março: votação dos projetos com consenso nos grupos de trabalho.
- De 7 a 12 de março: prazo para definição, pela mesa da comissão e pelos relatores, dos projetos a serem votados, caso não haja consenso nos grupos.
- 12, 13 e 14 de março: votação dos projetos definidos pela mesa e relatores.



Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais avaliaram, em audiência pública, o projeto de lei que flexibiliza a CLT. Ficaram claras as diferenças de opinião entre os convidados, e o relator da proposta, Moreira Mendes, disse que a discussão não avançou.

Entidades divergem sobre flexibilização da CLT

Em audiência pública promovida ontem pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) para discutir o projeto de lei do governo federal que flexibiliza regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), representantes de trabalhadores, empresários e magistrados dividiram-se na avaliação das conseqüências que a proposta pode trazer para os trabalhadores brasileiros.

Enquanto o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, e o vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Roberto Tadros, ressaltaram vantagens na negociação direta de parte dos direitos trabalhistas, os presidentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, e da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Hugo Cavalcanti Melo Filho, acreditam que a proposta irá, na prática, promover a retirada de direitos garantidos em lei ordinária, como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, 13º salário, salário-família, licenças maternidade e paternidade.

CUT teme prejuízo ao trabalhador, Força Sindical espera melhorias

Para o presidente da CUT, a alteração pode prejudicar ainda mais o poder de compra dos trabalhadores. Citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), João Felício destacou que a renda dos trabalhadores vem reduzindo sua participação no Produto Interno Bruto nas últimas décadas. Observou ainda que a grande maioria dos 18 mil sindicatos no país é muito frágil e tem representatividade questionável, o que os coloca em situação de desvantagem na negociação com os empregadores.

Em contrapartida, o presidente da Força Sindical disse que o movimento sindical deve estar contente com a proposta, por aumentar o seu poder de negociação, que atualmente está nas mãos dos advogados e da Justiça do Trabalho.

— Teremos oportunidade de negociar, sindicatos poderão se fortalecer, crescer e aprender a defender melhor os trabalhadores — disse Paulo Pereira da Silva, o Paulinho.

Diferentemente de Paulinho, João Felício acredita que a reestruturação da organização sindical no Brasil, com o fim da unicidade e do imposto sindical, é que pode fazer com que os sindicatos se fortaleçam, e deve anteceder qualquer concessão de novas prerrogativas aos representantes dos trabalhadores.

O presidente da Força Sindical entende que a possibilidade de o trabalhador vender parte das férias ou da licença-maternidade, por exem-

plo, deve ser encarada como vantagem, pois a legislação atual não permite isso. Já o presidente da CUT acredita que a brecha legal vai fazer com que o 13º seja parcelado em 12 vezes e que as férias sejam concedidas parceladamente.

Paulinho levantou dúvidas sobre a posição de advogados, juízes do trabalho e sindicalistas que estão contrários ao projeto. Na sua opinião, as categorias estão interessadas em manter o poder que têm na negociação dos direitos trabalhistas, e alguns sindicatos que já estão “acomodados” passarão a ser cobrados pelos trabalhadores.

O vice-presidente da CNC, Roberto Tadros, ressaltou que o projeto do governo pode ajudar a diminuir o número de processos encaminhados à Justiça do Trabalho e reduzir o tempo de julgamento das ações. Ele disse que os sindicalistas de hoje são competentes e não podem ser tratados como se estivessem na pré-infância do movimento sindical.

Como presidente da Anamatra, Melo Filho disse que, caso aprovada, a nova legislação gerará grande número de ações declaratórias de nulidade de acordos coletivos. Ele identificou inconstitucionalidades no projeto, por restringir direitos que não podem ser alterados por legislação ordinária. Na sua opinião, uma ação no Supremo Tribunal Federal derrubaria o projeto. No mérito, frisou, o texto contraria o princípio fundamental do ordenamento jurídico laboral, que é a inegociabilidade das normas trabalhistas.



Debate promovido pela CAS e CCJ mostrou posições divergentes no movimento sindical

Sindicalista e magistrado criticam anúncios do governo

Durante a audiência pública para instruir a votação do projeto de lei que flexibiliza regras trabalhistas, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, e o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Hugo Cavalcanti Melo Filho, condenaram o gasto de R\$ 2,5 milhões pelo governo federal em publicidade favorável à aprovação da proposta em discussão. Eles também criticaram a participação do presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, na propaganda.

— Se as alterações nos direitos

trabalhistas realmente fossem benéficas, não seria necessária publicidade. A matéria paga é até uma afronta ao Senado — disse João Felício, que chamou Paulinho de “garoto-propaganda do governo”.

O representante da Anamatra disse que o gasto em publicidade para defender uma proposta em debate no Congresso é um fato inédito, agravado pelo fato de, na sua opinião, a propaganda do governo ser enganosa. Por esse motivo, ele revelou que a Anamatra pediu ressarcimento



Melo Filho e João Felício: propaganda do projeto feita pelo governo é enganosa

dos valores gastos na campanha publicitária, citando como réu o ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles.

Relator aponta falta de propostas concretas

Após as falas dos convidados para a audiência pública promovida pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, o relator na CAS do projeto que flexibiliza as normas trabalhistas, senador Moreira Mendes (PFL-RO), lamentou que a reunião não tenha conseguido avançar na discussão da matéria e disse que foi frustrada sua expectativa de novos argumentos para a análise da proposta.

Moreira Mendes avaliou que os discursos dos representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, e

da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Hugo Cavalcanti Melo Filho, demonstraram radicalismo e não possibilitaram que fosse diminuída a distância entre a realidade do trabalhador e a legislação.

— A Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, foi criada em outro contexto. Será que não temos mais capacidade de encontrar um caminho diferente? — perguntou o relator aos debatedores.

Para o senador, apenas o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, deu exemplos prá-

ticos de como a alteração na legislação pode ter impactos positivos para os trabalhadores, enquanto os demais não passaram da teoria, o que, na sua opinião, dificulta a análise da realidade da situação.

— Qual o trabalhador que não quer vender as férias hoje? — questionou.

Felício e Melo Filho discordaram da interpretação do senador e afirmaram que trouxeram dados e fatos concretos sobre a doutrina do Direito do Trabalho e a realidade sindical no Brasil.



O projeto que reforma a CLT deveria passar por amplo debate no Congresso, afirmam os senadores José Eduardo Dutra e Pedro Simon. Bernardo Cabral manifesta dúvidas sobre a constitucionalidade da proposta e Ramez Tebet garante que votação obedecerá às normas regimentais.

Dutra e Simon pedem retirada do pedido de urgência

Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Pedro Simon (PMDB-RS) apelaram para que o governo retire o pedido de urgência na tramitação do projeto de lei que flexibiliza as leis trabalhistas. A data final de votação na CCJ é dia 26 de março, conforme informou o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da comissão. Para Dutra, o Congresso está perdendo uma grande oportunidade de realizar amplo debate sobre as leis trabalhistas e a organização sindical no Brasil. Caso não seja retirada o regime de urgência, Dutra afirmou que a oposição votará contra a proposta.

– O governo insiste em empurrar goela abaixo da sociedade e do movimento sindical um projeto que, na minha avaliação, se aprovado, não vai ter eficácia e vai gerar contestação jurídica profunda. Estamos perdendo a oportunidade de promover amplo debate. Esse não é um projeto



Dutra: “Esse não é um projeto para ser votado em urgência”



Simon também defende maior debate sobre a matéria

para ser votado em urgência no final do governo e em um ano eleitoral – lamentou Dutra.

Segundo a Constituição e o Regimento Interno do Senado, apenas o presidente da República pode retirar a urgência, o que já aconteceu em outras ocasiões. Simon acredita que, caso os presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e os relatores do projeto nas duas comissões façam essa

sugestão ao governo, o Senado poderá analisar a proposta com tranquilidade.

Favorável às mudanças na legislação, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) entende que a proposta está sendo discutida em um “momento

inadequado”, já que a disputa eleitoral, na sua opinião, interfere nos debates. Em nome da liderança do governo, Artur da Távola (PSDB-RJ) esclareceu que o governo nunca quis “decretar o fim da Era Vargas” e que o presidente sempre defendeu o papel do Estado na transição do Brasil agrário para o industrial.

Emilia Fernandes (PT-RS) travou um debate à parte com o presidente da Força Sindical e lamentou que a proposta do governo

tenha recebido o respaldo de um segmento dos trabalhadores.

– Não podemos entender como os sindicatos poderão fazer a negociação em favor dos trabalhadores estando atrelados ao governo e recebendo dinheiro do empresário – disse Emilia, que defendeu a CLT como “um grande patrimônio do povo brasileiro, que não pode ser rasgado”.

Marina Silva (PT-AC) centrou sua fala na fragilidade observada na organização sindical no Brasil.

– Não acredito que as leis devam ser eternas. Elas podem ser mudadas, mas sem a proteção dos direitos dos trabalhadores, aprovar essa proposta é um crime contra a maioria dos trabalhadores.

Da mesma maneira, Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu uma mudança na CLT que preveja a reestruturação da organização sindical no Brasil. Sebastião Rocha (PDT-AP), anunciou a rejeição do PDT à proposta do governo.

CAS examina hoje mudanças na legislação trabalhista

Dos dez projetos em pauta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne hoje, às 9h, quatro pretendem alterar dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O colegiado também deve examinar, extrapauta, em decisão terminativa, outra matéria relacionada com a CLT: projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que autoriza o não-comparecimento do empregado ao trabalho, sem prejuízo do salário, para a procura de parente desaparecido. A iniciativa recebeu parecer favorável de Moreira Mendes (PFL-RO).

Quanto às demais proposições atreladas à legislação trabalhista, apenas uma conta com parecer da relatoria pela aprovação. Trata-se de projeto que responsabiliza solidariamente, pelo cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, as empresas contratantes de prestadoras de serviço. Para o relator, Tião Viana (PT-AC), a proposta é “meritória” por assegurar ao trabalhador a observância da proteção legal que garante sua integridade no exercício da atividade profissional.

As outras matérias relacionadas à CLT, rejeitadas pelos relatores, são de autoria dos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Geraldo Cândido (PT-RJ). Além de propor o fim da exigência de depósito recursal nas ações trabalhistas, Osmar sugere que sejam incorporados à remuneração do empregado benefícios ou utilidades habitualmente fornecidos pelo empregador. Já Cândido quer mudar as regras de fixação do salário mínimo para vinculá-lo aos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

A comissão deve votar, em turno suplementar, substitutivo de Tião Viana a projeto de Luiz Pontes (PSDB-CE) que amplia o período de concessão do salário-maternidade em caso de parto prematuro. Deve deliberar ainda sobre outro parecer de Viana pela aprovação de projeto de Carlos Bezerra (PMDB-MT) que estabelece limites máximos para os teores de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono permitidos nos cigarros.

Cabral expressa dúvida sobre a constitucionalidade da proposta

Durante a audiência pública realizada ontem sobre o projeto de lei do governo federal que flexibiliza a legislação trabalhista, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), afirmou ter dúvidas quanto à legalidade da proposta e anunciou que vai fazer considerações em Plenário sobre a constitucionalidade da matéria.



Cabral: “Momento é de profunda reflexão sobre a matéria”

Ao encerrar a reunião, Cabral lamentou o fato de não ter ouvido todos os interessados em debater a questão, tendo em vista que diversos sindicatos e federações, especialmente de trabalhadores, não puderam se manifestar. Em função do pouco tempo para debate da matéria, que tramita em regime de urgência, o senador afirmou que as comissões não poderão promover outras audiências sobre o tema.

– A matéria é altamente controversa. Quem caminha na fantasia acaba tropeçando na reali-

dade. O momento é de profunda reflexão sobre a matéria – afirmou Cabral, esclarecendo que, na CCJ, o voto será dado sobre a técnica da proposição. “No Plenário, o voto é político”, esclareceu.

O relator do projeto na CCJ, senador Francelino Pereira (PFL-MG), disse que não pediu para relatar a proposta e questionou a publicidade oficial promovida pelo governo sobre o projeto de lei.

O presidente da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP), destacou a importância da audiência pública. Apesar de lamentar a impossibilidade de ouvir outros interlocutores, Tuma destacou que as duas comissões adotaram o critério da representatividade das entidades ao convidarem os participantes do debate. “Capital e trabalho têm que ter uma harmonia, caso contrário o Estado não sobrevive”, destacou Tuma.



O presidente do Senado, Ramez Tebet (à direita), recebeu o presidente da CGT, em companhia de Pedro Simon

Tebet afirma que cumprirá Regimento para votar projeto

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ao presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Antonio Carlos dos Reis, que mantém posição contrária à votação em regime de urgência do projeto de flexibilização da CLT, mas não deixará de cumprir os deveres do cargo, assegurando a tramitação da matéria de acordo com o Regimento. O presidente da CGT, acompanhado do senador Pedro Simon (PMDB-RS), foi recebido por Tebet.

– Ele disse que é favorável a um grande debate prévio e acha que o projeto não deveria ser votado agora, mas, como presidente do Senado, colocará o projeto em votação, de acordo com a lei – relatou Antonio Carlos dos Reis, ao sair da audiência.

Benício pede a recuperação de rodovias federais no Piauí

Senador fez relato em Plenário sobre a precariedade das estradas em seu estado e disse que problema só será resolvido com trabalho criterioso

O senador Benício Sampaio (PPB-PI) denunciou o “estado calamitoso” em que se encontram as estradas rodoviárias federais em seu estado, o Piauí, com 1.300 quilômetros em situação crítica, comprometendo o escoamento das safras agrícolas e até a vida



Benício Sampaio: medidas paliativas, como tapar buracos, não resolvem

dos ocupantes dos veículos de passageiros e de cargas. Estima-se que sejam necessários R\$ 120 milhões para a plena recuperação.

Benício Sampaio pediu providências aos ministros dos Transportes e do Planejamento para impedir que verbas do Orçamento 2001 – R\$ 15 milhões para conservação da malha rodoviária e R\$ 7,5 milhões para trabalhos de restauração – sejam devolvidas ao Tesouro Nacional, por não haver tempo hábil para sua utilização até a data limite de 31 de março.

– É claro que não serão suficientes, mas não faz sentido abrir mão desses recursos – disse.

O senador apresentou um quadro completo das estradas federais

no Piauí, lamentando que o governo tenha adotado, ao longo dos anos, apenas medidas paliativas, como tapar buracos de forma incorreta. A malha rodoviária foi construída entre 1971 e 1982, estando com sua vida útil esgotada. Somente um trabalho criterioso e global pode resolver a situação, argumentou.

Em aparte, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que se conhece um governo pela malha rodoviária do país, culpando a administração Fernando Henrique Cardoso, e seus antecessores, pela atual situação crítica das estradas federais.

Para o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), “é uma irresponsabilidade e um escândalo a situação em que se encontram as estradas de rodagem no Brasil”.

Também em aparte, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) fez um apelo ao presidente Fernando Henrique e a seus ministros por providências urgentes em relação às estradas de seu estado.

Mauro diz que má conservação eleva o preço das mercadorias

Os agricultores de Goiás estão sofrendo os danos causados pela “péssima conservação das estradas federais”, segundo disse ontem o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao fazer apelo ao governo federal para que tome as devidas providências. Segundo o senador, os gastos com frete elevaram o preço da saca de soja de R\$ 1,20 para R\$ 2,20 e o custo do transporte pulou de R\$ 18 por tonelada para R\$ 32, em uma distância de 250 quilômetros.

De acordo com o senador, os trechos das BRs-364, 060, 158, 153



Mauro disse conhecer bem problema das rodovias federais

e 452, que cortam Goiás, estão intransitáveis. Mauro Miranda citou dados da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) apontando que, em 2001, 70% das estradas federais no país, algo em torno de 31 mil quilômetros, foram classificadas como deficientes, ruins ou péssimas. Segundo a CNT, apenas 30% das rodovias receberam avaliação de boa a ótima.

Como engenheiro e ex-dirigente do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (DER-GO), o senador disse conhecer bem o assunto.

Mozarildo quer liberar estrada que corta área indígena

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) anunciou que entrará com uma ação judicial solicitando que a rodovia federal BR-174 (que liga Manaus a Boa Vista e segue até a fronteira com a Venezuela) tenha seu tráfego liberado durante todo o dia. Desde o período de sua abertura, no início dos anos 70, a estrada tem o tráfego interrompido no trecho que cruza a reserva dos índios waimiri-atroari todos os dias, das 18h às 6h.

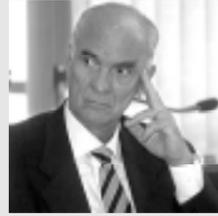
Em 13 de novembro do ano passado, Mozarildo requereu à Mesa do Senado que fossem solicitadas ao ministro dos Transportes informações a respeito das providências que estão sendo tomadas para a suspensão da interdição da rodovia. A resposta foi encaminhada ao Senado em 4 de dezembro.

– O ministro teria 30 dias para responder, mas, no entanto, levou mais de dois meses, descumprindo o prazo constitucional. Além disso, quando respondeu, não disse nada além de informar que não foi possível liberar o tráfego em tempo integral na rodovia e que está tramitando no ministério processo que objetiva a criação de uma comissão interministerial para estudar o problema – afirmou o senador por Roraima.

Por não ter ficado satisfeito com a resposta, Mozarildo Cavalcanti pediu à Mesa que adote as providências cabíveis “para que não fiquemos fazendo papel de palhaços perante a opinião pública”. O senador quer explicações sobre os motivos que impedem o Ministério dos Transportes de acabar com a interdição parcial na estrada e qual o embasamento legal para que o tráfego não esteja liberado durante todo o dia.

Roberto Saturnino deixa o PSB e defende candidatura de Lula

O senador Roberto Saturnino (RJ) anunciou ontem seu desligamento do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Apesar de não ter anunciado oficialmente uma nova filiação partidária, o senador elogiou as experiências administrativas do PT e defendeu a união dos partidos de esquerda em torno do pré-candidato petista à Presidência, Luiz Ignácio Lula da Silva. A decisão do PSB de lançar uma candidatura própria – a do governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho – foi uma das razões apresentadas pelo senador para deixar o partido.



Para Saturnino, candidatura do PSB é insensata e tola

– A possibilidade de uma grande coligação dos partidos de esquerda foi rompida justamente pelo PSB, que joga sobre si a responsabilidade de uma perda de oportunidade de transformarmos o país – avaliou o senador.

Mesmo sem citar o governador Garotinho, Roberto Saturnino fez duras críticas ao pré-candidato do PSB: “A candidatura é prematura, insensata e tola. Essa decisão do PSB é perigosa e pode ser responsável pela manutenção da atual política econômica, que privilegia a parcela mais rica da população”, disse o senador.

Fogaça destaca julgamento de Milosevic por tribunal de Haia

O julgamento do ex-ditador e ex-presidente da Iugoslávia Slobodan Milosevic por uma corte internacional reunida em Haia, na Holanda, foi considerado um “fato histórico” pelo senador José Fogaça (PPS-RS). Em discurso feito ontem, Fogaça destacou o



Fogaça pediu votação de acordo que ratifica corte internacional

ratifica a adesão do Brasil ao Tribunal Penal Internacional (TPI). Para Fogaça, o advento dessa corte, instituída no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), “é uma iniciativa humanitária sem precedentes”.

– Será possível julgar, de maneira justa e equilibrada, as pessoas que praticaram crimes contra a humanidade sem agredir a soberania dos países – afirmou. Conforme adiantou, o TPI já conta com a ratificação de 52 países, sendo necessária apenas a adesão de mais oito para que comece a funcionar.

O episódio suscitou um apelo do senador gaúcho à Câmara dos Deputados no sentido de acelerar a tramitação do tratado que

– Será possível julgar, de maneira justa e equilibrada, as pessoas que praticaram crimes contra a humanidade sem agredir a soberania dos países – afirmou. Conforme adiantou, o TPI já conta com a ratificação de 52 países, sendo necessária apenas a adesão de mais oito para que comece a funcionar.

Serra reassume e aponta como sua meta o combate à violência

Pré-candidato do PSDB à Presidência da República, o senador José Serra (SP) reassumiu ontem sua cadeira no Senado, de onde estava afastado enquanto exerceu o cargo de ministro da Saúde. À imprensa, ele anunciou que sua meta nos próximos meses é debater-se sobre os projetos de combate à violência, em especial o que restringe o uso de arma de fogo. Somam 256 os projetos referentes ao assunto que tramitam no Senado.

Bem-humorado, José Serra comentou a reforma que foi feita em seu gabinete, dizendo que haverá



José Serra foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, em seu gabinete

mais espaço para trabalhar. Às 16h20, ele chegou ao Plenário, tendo sua presença registrada pelo presidente da Casa, senador Ramez Tebet. Serra cumprimentou cada um dos senadores.

Tebet recebe procuradores das capitais

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem uma delegação de participantes do Fórum dos Procuradores-Gerais das Capitais Brasileiras, chefiada pelo presidente da entidade, Rogério Favreto.

Depois de cumprimentarem Tebet, os procuradores aproveitaram para discutir alguns projetos de interesse da categoria em tramitação na Casa, inclusive os que abordam a segurança pública.

Althoff entrega documento contra Eurico à Câmara



Althoff foi relator da CPI que investigou futebol brasileiro

No fim da tarde de ontem, o senador **G e r a l d o Althoff** (PFL-SC) entregou ao corregedor da Câmara dos Deputados, deputado **Barbosa Neto** (PMDB-GO), uma representação contra o deputado federal **Eurico Miranda** (PPB-RJ) por quebra de decoro parlamentar. Requisitada por **Barbosa Neto**, a documentação contém cópias de cheques que comprovam o desvio de dinheiro do clube **Vasco da Gama**, presidido pelo deputado carioca, para gastos de sua campanha política.

Althoff foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que durante o segundo semestre de 2001 investigou denúncias de irregularidades no futebol brasileiro. O senador acredita que a documentação entregue na tarde de ontem, somada ao relatório da CPI que já está nas mãos do corregedor, constitui prova forte o bastante para fazer com que Eurico seja cassado.

O relatório de Althoff indica que a movimentação financeira de Eurico é incompatível com a declaração de renda do deputado e lança suspeitas sobre seus gastos de campanha.

PT defende providências contra deputado



Suplicy: bancada quer a apuração de acusações

O líder do PT, senador **Eduardo Suplicy** (SP), pediu ontem providências do corregedor, senador **Romeu Tuma** (PFL-SP), com relação às acusações feitas pelo deputado federal **José Alekssandro** de que os senadores **Tião Viana** e **Marina Silva**, ambos do PT do Acre, estariam envolvidos com o narcotráfico.

Suplicy registrou ofício, assinado pela bancada do PT, que solicita apuração das acusações.

Prioridade a estudantes negros é aprovada na CE

Projeto de Waldeck Ornélas sobre concessão de bolsas será agora examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Os estudantes negros deverão ter prioridade na concessão de bolsas de estudo por parte de instituições de ensino classificadas como entidades filantrópicas. Projeto de lei com esse objetivo, apresentado pelo senador **Waldeck Ornélas** (PFL-BA), recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE) e será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de ir ao Plenário.

De acordo com a proposta, relatada favoravelmente por **Antonio Carlos Júnior** (PFL-BA), a seleção dos alunos a serem beneficiados por essas bolsas "dará prioridade absoluta aos alunos afrodescendentes e será realizada em cada instituição por uma comissão constituída paritariamente por representantes da direção, do corpo docente e da entidade de representação discente".

EDUCAÇÃO

A Comissão de Educação (CE)



Os senadores da Comissão de Educação aprovaram ontem a proposta de Waldeck Ornélas (à esquerda) que beneficia afrodescendentes

aprovou ontem a criação de uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais para o setor. A proposta nasceu de recomendação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que analisou, no ano passado, os problemas do futebol brasileiro.

De acordo com o senador **Geraldo Althoff** (PFL-SC), a subcomissão poderá garantir permanente interação entre o Senado e

o desporto nacional. Os senadores **Lindberg Cury** (PFL-DF), **Antonio Carlos Júnior** e **Geraldo Cândido** (PT-RJ) elogiaram os trabalhos da CPI do Futebol e a decisão de criar a subcomissão.

A CE também aprovou, em turno suplementar, o projeto que dá ao Aeroporto de Palmas o nome de **Brigadeiro Lysias Rodrigues** e o projeto que institui o Dia Nacional da Defensoria Pública, a ser comemorado anualmente em 19 de maio.

Rocha quer punir discriminação regional

O senador **Sebastião Rocha** (PDT-AP) anunciou ter apresentado projeto de lei tipificando como crime a discriminação regional. Em discurso na tribuna ontem, o parlamentar protestou contra artigos publicados na imprensa propondo a venda do estado do Amapá.

Na véspera do Natal, o cronista **Eduardo Almeida Reis** publicou no jornal *Hoje em Dia*, de Belo Horizonte, um artigo no qual diz que "o estúpido assassinato

do navegador **Peter Blake** permitiu que a nação tomasse conhecimento da existência, em carne e osso, de uma figura que ninguém conhecia: o amapaense". Classificou o estado de "inviável" e propôs que o Amapá seja vendido para que, em seu território, seja instalado um estado palestino. O dinheiro arrecadado, segundo a proposta, deveria ser utilizado para pagar a dívida externa.

Pouco depois, o *Jornal do Bra-*

sil publicou artigo comentando que o Ministério Público do Amapá iria processar o periódico mineiro, devido à crônica de **Almeida Reis**. O artigo do JB endossa as idéias do cronista.

Sebastião Rocha chamou os autores de "pseudo-jornalistas" e disse que **Almeida Reis** é "uma figura que deve enojar o povo do Amapá". Ele destacou que é simbólico o valor da indenização pedida pelo Ministério Público do estado, de R\$ 50 milhões.

Maguito cobra ação para evitar avanço da dengue

O senador **Maguito Vilela** (PMDB-GO) apelou ontem ao governo de **Goiás** e ao governo federal para que reduzam a propaganda oficial e intensifiquem o combate à dengue. De acordo com o senador, nas rádios e televisões de **Goiás** de dois em dois minutos são exibidas propagandas do governo. O senador também manifestou preocupação em relação ao aumento dos casos de dengue em **Goiás** e em todo o país.

Maguito exibiu exemplar do jornal goiano *O Popular*, o qual de-

nuncia que nas três primeiras semanas do ano houve um crescimento da doença em cerca de 553%. A epidemia, disse o senador, atinge 64,62% dos bairros da capital e se alastra pelo estado, sem que os hospitais estejam preparados para receber tão grande número de doentes.

Maguito denunciou também o péssimo estado das estradas federais em **Goiás**.

Em aparte, **Mauro Miranda** (PMDB-GO) citou a má conservação das BRs 364, 153 e 452. **Eduar-**



Maguito: jornal *O Popular* aponta crescimento da dengue no estado de Goiás

Siqueira Campos (PSDB-TO) lembrou pesquisa atestando que a população reconhece que precisa aprender a lidar com a dengue. **Antonio Carlos Valadares** (PSB-SE) disse que a população está sofrendo porque o governo priorizou o pagamento da dívida externa.

Quintanilha apóia redivisão territorial do país

Citando o exemplo bem-sucedido de seu estado, o senador pelo **Tocantins** **Leomar Quintanilha** (PFL) defendeu novos desmembramentos dos atuais estados brasileiros.



Leomar Quintanilha aponta exemplo do Tocantins

– A redivisão é uma forma de redistribuição de renda, de o poder estar ocupando regiões vazias e desocupadas e fazer justiça à população brasileira – afirmou o parlamentar, lembrando a proposta do senador **Mozarildo Cavalcanti** (PFL-RR) de redividir o estado de **Mato Grosso** e desmembrar os estados do **Pará** e do **Amazonas**.

Quintanilha afirmou que a divisão territorial "se faz impositiva para diminuir as diferenças regionais". Segundo ele, em estados com dimensões continentais, as comunidades distantes "ficam relegadas ao esquecimento".

O senador **Casildo Maldaner** (PMDB-SC) apoiou o discurso.

Patrocínio pede implantação de hidrovias

O senador **Carlos Patrocínio** (PTB-TO) criticou a posição assumida pelo governo de **Goiás** de dificultar o avanço da construção da **Hidrovia Tocantins-Araguaia** e conclamou a bancada federal dos estados envolvidos para que permaneça vigilante na defesa do empreendimento. Ele disse que o governo federal está aguardando apenas o licenciamento ambiental para investir, este ano, R\$ 5,6 milhões na hidrovias.

– Até o final das obras, em 2003, serão aplicados R\$ 97 milhões. Não posso admitir, por isso mesmo, que caprichos pessoais e relatórios infundados possam obstaculizar a implementação das obras da hidrovias – afirmou o senador.



Carlos Patrocínio conclama bancada a permanecer atenta

CAE autoriza empréstimos externos de US\$ 400 milhões

Recursos deverão beneficiar programas de apoio a pequenas e médias empresas e de saneamento básico

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, na sua reunião de ontem, pareceres dos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) favoráveis à realização de duas operações de crédito externo que serão contratadas pelo governo brasileiro, num total de US\$ 400 milhões.

O primeiro financiamento autorizado pela CAE, no valor equivalente a até US\$ 300 milhões, será contratado em ienes pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) junto ao Japan Bank for International Cooperation (JBIC).

Destinam-se esses recursos a financiar o terceiro estágio do Programa Global de Financiamento Multissetorial (MCP), que beneficia, preferencialmente, pequenas e médias empresas, com vistas à sua modernização. O programa, já com 50% dos seus recursos contratados, vai movimentar um total de US\$ 1,1



Comissão de Assuntos Econômicos aprovou pareceres favoráveis à contratação de dois empréstimos externos pelo governo federal

bilhão, incluindo-se aí recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e das contrapartidas do governo federal.

A segunda operação, um empréstimo a ser contratado junto ao BID, no valor de US\$ 100 milhões, destina-se a financiar parcialmente o Programa de Ação Social em Saneamento, orçado em US\$ 200 milhões. O programa prevê contrapartida de US\$ 100 milhões, a ser bancada pelos governos federal, estadual e pelas prefeituras dos municípios beneficiados.

Coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, o programa, segundo o relator da matéria, Antonio Carlos Júnior, destina-se a "melhorar a qualidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para usuários de baixa renda em pequenas comunidades urbanas, com população entre 15 mil e 75 mil habitantes, devendo ser beneficiadas com maior intensidade as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, o estado do Espírito Santo e o norte de Minas Gerais".



Lindberg Cury e Lauro Campos afirmam que, como beneficiária de incentivos fiscais, a Ford deve explicações à sociedade brasileira



Senadores pedem debate sobre situação das revendas da Ford

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), leu ontem requerimento apresentado pelos senadores Lindberg Cury (PFL-DF) e Lauro Campos (PDT-DF), solicitando que seja realizada audiência pública para discutir o descredenciamento de concessionárias da Ford no Brasil. A medida provocou, até agora, o fechamento de 18 mil postos de trabalho em todo o país.

Os senadores entendem que, como beneficiária de incentivos fiscais, ou seja, de recursos do Tesouro Nacional, a empresa norte-americana deve, por meio de sua direção,

explicações à sociedade brasileira. O requerimento de Lindberg Cury e Lauro Campos deverá ser votado na terça-feira, quando serão apresentadas as sugestões de nomes de convidadas a comparecer à CAE para debater o tema com os senadores.

Segundo os autores do requerimento, a Ford já provocou o fechamento de mais de 300 revendedores e postos de venda no país. Embora seja a mais antiga montadora brasileira, instalada em 1919, ela vem perdendo mercado. Nos anos 80, chegou a deter 25% do mercado brasileiro de automóveis, encontrando-se, hoje, na faixa de 7% — afirmam.

CCJ vai examinar repactuação de dívidas municipais

A proposta de repactuação das dívidas interna e externa contraídas pelos municípios, constante de projeto de lei de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), vai ser examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para dirimir dúvidas sobre a sua constitucionalidade. A decisão de encaminhar o assunto à CCJ foi adotada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ao aprovar parecer do relator da matéria, senador Paulo Souto (PFL-BA).

O projeto de lei autoriza o Poder Executivo a repactuar todas as dívidas municipais interna e externa. A proposição, segundo seu autor, daria condições de os municípios melhor se adequarem à Lei de Responsabilidade Fiscal. Embora demonstrando simpatia pelo mérito da proposta, Paulo Souto disse ter dúvidas quanto à sua constitucionalidade, sugerindo, diante disso, o encaminhamento da matéria à CCJ.

Romero Jucá destaca queda do endividamento público

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) comemorou ontem a queda nos níveis de endividamento do setor público. A partir de um artigo publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* analisando esse assunto, Jucá disse que o total de empréstimos tomados pelo setor público (empresas estatais e governos federal, estaduais e municipais) em 2000 foi de R\$ 12,7 bilhões; em 2001, o total caiu para R\$ 7,5 bilhões.

Para o senador, além de demonstrar o acerto das ações desenvolvi-

das pelos ministros da área econômica, a redução no endividamento se deve à Lei de Responsabilidade Fiscal, que obrigou os governos a maior controle fiscal e mais responsabilidade dos governantes. "Acertamos quando aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal", concluiu.



Jucá: Lei de Responsabilidade Fiscal foi um acerto

Calheiros quer ampliar isenção de IPI para compra de táxis

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) comunicou em Plenário, ontem, a apresentação de projeto de lei permitindo que os motoristas de táxi possam adquirir um novo veículo a cada três anos com isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados



Renan Calheiros vê benefícios para diversos segmentos

apenas por duas vezes em toda a carreira profissional.

Renan Calheiros citou cálculos segundo os quais a quilometragem dos táxis é de três a quatro vezes maior que a dos automóveis de passeio e explicou que o objetivo do projeto é ampliar os incentivos para

a renovação da frota de táxis no país, estimada hoje em 200 mil veículos.

O senador ressaltou que a ampliação dos incentivos para a renovação da frota de táxis beneficiará todos os segmentos envolvidos. O taxista, argumentou, irá oferecer ao usuário au-

tomóveis mais modernos e seguros, e a racionalização dos custos de operação possibilitará a redução de tarifas. A medida implicaria, ainda, em aumento das vendas para a indústria. O senador acrescentou que, embora a medida implique renúncia fiscal para o governo, terá impacto positivo em outros setores da economia, como o turismo.

Maldaner lamenta falta de meios para enfrentar catástrofes

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) levou a Plenário sua preocupação com a falta de planejamento com que o Brasil enfrenta as catástrofes que, resultantes das chuvas ou da seca, vitimam o país todo ano. Ele informou ter dois projetos trami-



Maldaner prega criação de fundo para defesa civil

Quando acontecer o acidente, a catástrofe, o imprevisto, nós teremos alguma coisa de imediato para

oferecer. E quando o que existir na defesa municipal não for suficiente, entrará o socorro da defesa civil estadual. Quando ainda isso não for suficiente, entrarão os recursos da defesa civil nacional — explicou.

No mesmo discurso, Casildo Maldaner congratulou-se com o senador Vasco Furlan (PPB-SC), por ter apresentado requerimento de homenagem à primeira santa brasileira — madre Paulina do Coração Agonizante, que será canonizada pelo Vaticano. Ele pediu o registro nos Anais da Casa de um texto relatando a história da santa, que viveu no estado de Santa Catarina.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson e Luiz Otávio